



## A (i)mobilidade das memórias das cidades em edifícios históricos

## The (i)mobility of cities' memories at historical buildings

## La (in)movilidad de las memorias de las ciudades en edificios históricos

Heidi Ferreira da Costa<sup>1</sup>

Recebido em: 31 mar. 2024  
Aceito para publicação em: 19 jul. 2024

**Resumo:** Este artigo busca, por meio do paradigma das mobilidades, promover uma investigação teórica interdisciplinar entre memória, patrimônio edificado e políticas públicas de patrimônio, considerando que os valores que exercem influência sobre o espaço urbano estão em constante movimento, sujeitos à circulação de pessoas, assim como a ideias, informação, técnicas, materiais e capital ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** memória coletiva; patrimônio edificado; tempo; espaço; políticas públicas de patrimônio.

**Abstract:** This paper intends to conduct an interdisciplinary theoretical investigation on the correlations between memory, built heritage, and public heritage policies, based on the new mobilities paradigm and considering the premise that the urban space is constantly subject to the influence of the movement of people, ideas, information, techniques, materials and capital market throughout time.

**Keywords:** collective memory; built heritage; time; space; public heritage policies.

---

<sup>1</sup> Doutoranda e mestra em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), bacharelada em Ciências Sociais pela Universidade Candido Mendes. Pesquisadora e produtora cultural.

**Resumen:** Este artículo busca, por medio del paradigma de las movilidades, promover una investigación teórica interdisciplinaria entre la memoria, el patrimonio edificado y las políticas públicas de patrimonio, considerando que los valores que ejercen influencia sobre el espacio urbano están en constante movimiento y son sujetos a la circulación de personas, ideas, información, técnicas, materiales y capital a lo largo del tiempo.

**Palabras clave:** memoria colectiva; patrimonio edificado; tiempo; espacio; políticas públicas de patrimonio.

## INTRODUÇÃO

Compreender como memórias coletivas são representadas, experimentadas, celebradas ou esquecidas no ambiente das cidades é tarefa que exige uma atitude holística, disposta a considerar os diversos fatores e processos ocorridos não apenas na formação de tais memórias como também nas dinâmicas da vida urbana e nas transformações das cidades através do tempo. Essa complexa rede de relações, lembranças, permanências e apagamentos pode ser mais bem estudada por meio de recortes, que nos permitem aproximar o olhar e voltar a atenção a aspectos específicos desse grande caleidoscópio de possibilidades e processos. Assim, o presente artigo propõe estudar a relação de cidades com suas memórias mediante o recorte dos edifícios históricos em centros urbanos.

Existe uma ampla pesquisa a respeito de como edificações podem conter, representar e até mesmo produzir memórias referentes a grupos de indivíduos e localidades. Autores do patrimônio, como Choay (2000), Abreu (2007) e Chuva (2009), versam sobre as narrativas e disputas contidas em edificações eleitas para a representação das memórias oficiais de localidades, enquanto Gonçalves (2005) reflete sobre a importância da *ressonância* desses patrimônios em dada comunidade. Se tomarmos os edifícios como *objetos*, temos as valiosas considerações de Appadurai (2008) e Oliveira (2015) a respeito de como o estudo da *vida social* destes pode nos ajudar a compreender a sociedade na qual estão inseridos. Voltando nossa atenção para autores ocupados com a memória, Assman (2011), Oliveira (2014) e Ricoeur (2014) investigam diversas formas de memórias encontradas em espaços físicos edificados, bem como o próprio processo de formação de memórias em si. Por fim, em igual importância, temos considerações sobre o papel da memória e dos espaços na contemporaneidade, levando em conta que as sociedades – cidades inclusive – estão em constante modificação e sujeitas às fortes influências da globalização, do capitalismo e da circulação de ideias, pessoas, imagens e informações. Buscando compreender essa intrincada relação entre mobilidade/imobilidade no tempo e no espaço, mídias e memória, temos Harvey (2013), Urry (1995) e Huyssen (2000).

O objetivo principal deste texto é investigar uma base teórica e conceitual que nos permita compreender as relações entre patrimônios edificados, memória(s) coletiva(s) e suas constantes modificações e (i)mobilizações no espaço das cidades, através da passagem de tempo e no contexto contemporâneo globalizado capitalista e em constante ressignificação por meio da alta circulação de pessoas, informações, técnicas, materiais e valores.

Para dar conta do objetivo proposto, abordaremos os temas anteriormente citados pelo viés das *movilidades*, por considerarmos que a “virada” delas trouxe consigo um modelo de investigação e compreensão do mundo atual que integra complexos sistemas de elementos móveis e imóveis das sociedades contemporâneas, considerando as tecnologias de circulação de pessoas e informações que comprimem o espaço-tempo, o que interfere não apenas em processos, mas na própria forma como os indivíduos

percebem a realidade. Tais sistemas proporcionam a mobilidade de fatores, indivíduos e noções, porém, ambigualmente, também são capazes de gerar a imobilidade deles, já que os contextos nos quais estão inseridos podem tanto estimular quanto inibir seus deslocamentos e potencialidades.

Partindo do trabalho de Nogueira e Duarte (2023), que consideram a importância da imobilidade das infraestruturas para a mobilidade da comunicação, proporemos neste texto que a imobilidade física dos edifícios históricos funciona como infraestrutura para a mobilidade da própria memória coletiva da cidade representada, construída e imaginada em tais prédios. A memória move-se no espaço-tempo dessas construções, não só pela permanência delas através dos anos, mas na forma como se relacionam com a cidade onde estão inseridas, com seus visitantes e até mesmo com suas imagens, que circulam por meio de notícias e fotografias turísticas.

Para dar início a esta investigação teórica, faz-se necessária uma breve definição de alguns dos principais conceitos que serão utilizados ao longo deste texto, como memória coletiva, patrimônio edificado, tempo, espaço e mobilidade.

Embora o termo clássico *memória coletiva* tenha sido cunhado por Halbwachs (2006) para denominar um novo campo de estudos que ele se dedicou a investigar, nós nos afastaremos das definições originais do autor, considerando como *memória coletiva* as memórias compartilhadas por grupos e coletivos de indivíduos diversos, sem que eles, necessariamente, se encaixem nos *quadros sociais* propostos quando o conceito foi inicialmente formulado.

Portanto, quando considerarmos a memória de uma cidade, não pensaremos apenas nos termos de uma memória oficial da cidade, mas em memórias diversas, assim como a própria cidade é diversa em sua composição. A memória coletiva da cidade, aqui, será utilizada para indicar a forma com que um ou mais grupos rememoram seu passado, sua história e sua identidade no ambiente urbano.

Já o conceito de patrimônio edificado será aproveitado, em parte, da proposição de Choay (2000) para a categoria patrimônio, em que:

[...] é formado pelo ambiente construído das sociedades humanas. Sinônimo de patrimônio edificado no espaço pelos homens, ele é qualificado, segundo suas diversas categorias, de patrimônio construído, arquitetônico, monumental, urbano, paisagístico... e, segundo seu modo de inserção na temporalidade, é dito histórico ou contemporâneo (Choay, 2000, p. 9).

Nesse contexto, o patrimônio edificado também pode ser arquitetônico e urbanístico; no decorrer deste artigo, vamos nos ater aos edifícios históricos, a saber, prédios que representam uma memória coletiva da cidade.

Propomos aqui a distinção entre memória coletiva oficial, regulamentada pelos processos e noções dos órgãos de proteção ao patrimônio (Chuva, 2009), cujo reconhecimento se dá pelo texto de seu tombamento, e memória coletiva orgânica, inspirada no conceito de ressonância (Gonçalves, 2005), pautada pelo valor que dada comunidade, ou grupo desta, lhe atribui, independentemente do reconhecimento pela memória oficial.

Teremos uma seção inteira deste artigo dedicada a refletir conceitualmente a respeito das categorias de tempo e espaço, no entanto, para definições introdutórias, entenderemos o tempo segundo a proposição de Urry (1995), o qual considera que, desde a *virada temporal*, ocorrida recentemente nas ciências sociais, o tempo não é mais visto apenas como um elemento natural a ser contraposto em medição com o espaço. Assim, o tempo do relógio e dos calendários é, na verdade, uma construção social. Abreu (2007) também vai refletir sobre uma oposição entre tempo linear (o tempo das

sucessões) e tempo cíclico (o tempo das repetições e narrativas míticas), concluindo que eles não são excludentes, uma vez que o tempo linear, dos calendários ocidentais, por exemplo, contém influências de diversas outras noções de tempo, entre elas o tempo cíclico.

Aceitaremos uma proposição de desconstrução do “tempo histórico” e trabalharemos também com outras formas de percepção do tempo, tais como as das repetições, narrativas, memórias sensoriais e aquelas armazenadas em artefatos (que, no caso deste artigo, serão os próprios edifícios).

Por *espaço* adotaremos as investigações teóricas de Harvey (2013), que propõe uma compreensão tripartite dele: *espaço absoluto*, *espaço relativo* e *espaço relacional*. A essa divisão conceitual se soma outra categorização tripartite entre *espaço material*, *espaço concebido* (a representação do espaço) e *espaço vivido*. Para complementar essa compreensão teórica, traremos também a abordagem prática de Assman (2011), que diferencia *espaços de locais*, acrescentando a estes últimos a particularidade de que podem ser armazenadores de suas próprias memórias.

Finalmente, resta-nos falar brevemente sobre a mobilidade. Segundo exposto por Freire-Medeiros, Telles e Allis (2018, p. 6), o

paradigma das mobilidades volta-se para a organização de sistemas que, em diferentes escalas, governam não apenas a mobilidade e a imobilidade de pessoas e coisas, imagens e mensagens, mas também fazem interagir redes infraestruturais e narrativas.

Conforme Sheller e Urry (2006), trata-se de perceber que nenhum lugar é uma ilha, isolada em si mesma, mas todos os lugares estão interconectados por redes. Dessa forma, analisar a memória do patrimônio urbano sob o viés das mobilidades significa compreender seu impacto além dos componentes intrínsecos à memória (como lembrança, identidade, esquecimento e imaginação), ou seja, compreender que outros fatores, redes e conexões, externos a ela, interferem e causam deslocamentos – e até apagamentos – nela.

Diante das definições teóricas apresentadas, passamos à última fase desta introdução, em que apresentamos a estrutura do artigo.

A primeira seção de investigação é denominada “A passagem do tempo em relação ao espaço e à memória” e propõe-se a definir uma posição conceitual por meio da qual compreenderemos os conceitos de tempo e espaço e sua relação com a formação, a permanência e a passagem de memórias coletivas.

Seguiremos então para a próxima parte, “A mobilidade da memória: infraestrutura dos espaços e construções individuais e coletivas da memória”, em que, pela análise da *vida social* de dois edifícios históricos trazidos como exemplo, buscaremos perceber de que modo a memória se desloca dentro do patrimônio e ao redor dele. Também investigaremos as transformações dessa memória pela influência exercida por mudanças na infraestrutura das cidades em que tais edifícios estão inseridos, nas políticas públicas de proteção ao patrimônio e no próprio comportamento das pessoas que transitam por esses espaços.

Finalmente, no último tópico deste artigo, “A (i) mobilidade da memória das ruínas”, abordaremos a questão da possível imobilidade da memória coletiva contida em algumas ruínas, que podem sucumbir não apenas às ações do tempo e da natureza, mas também aos interesses do capital e ao desinteresse de algumas esferas do poder público e por parte da própria população.

## A PASSAGEM DO TEMPO EM RELAÇÃO AO ESPAÇO E À MEMÓRIA

No texto *How societies remember the past*, Jonh Urry (1995) procura refletir sobre os mecanismos por meio dos quais as sociedades relembram coletivamente de seus passados. O autor volta sua atenção para os temas memória, tempo e patrimônio (o qual pode também ser compreendido como patrimônio cultural) e os confronta com a questão atual das tecnologias de mobilidade, que segundo ele exercem forte influência sobre tais elementos, especialmente quando se levam em consideração a existência de culturas viajantes e a mercantilização do patrimônio nos dias atuais. Por isso, ele propõe a necessidade de criar uma “filosofia do presente”, que se dedique a estudar as maneiras como as memórias das sociedades acerca de seus passados se refletem em transformações no presente. Segundo Urry (1995), as tecnologias atuais, que facilitam o constante cruzamento de fronteiras e a grande circulação de imagens, pessoas e informações pelo mundo, impactam fortemente as memórias e as instituições voltadas para a memória. Tais instituições, embora tenham a missão de “preservar o passado”, estão sujeitas às transformações e pressões do presente e muitas vezes se modificam na forma como expõem esse passado, pois também fazem parte de uma indústria do entretenimento. Dessa forma, a memória apresentada nesses locais está sujeita a uma modificação, de sua original “aura histórica” para um patrimônio mercantilizado.

Oliveira (2015) chama atenção para a mercantilização de espaços, direcionando o foco para o turismo, que, segundo a autora, tem a propriedade de transformar recursos naturais e culturais em mercadorias de consumo, também classificadas como “atrativos turísticos”.

Observando o ambiente urbano sob tais reflexões, percebemos que frequentemente a fachada dos prédios históricos é preservada, embora o uso deles seja bastante contemporâneo – lojas, bares e pontos turísticos, por exemplo. Aqui podemos perceber que a forma como a memória coletiva é experimentada em tais ambientes se altera ao longo do tempo, embora elementos físicos dela permaneçam no espaço.

De modo semelhante, Huyssen (2000) aponta para as modificações que as tecnologias modernas, especialmente as mídias, causam na percepção do tempo por parte da sociedade nos dias atuais. Segundo o autor, tais tecnologias influenciam principalmente o modo como os indivíduos contemporâneos lidam com a memória. A proliferação de informações e o imediatismo com que se pode ter acesso a elas, bem como a velocidade com que são substituídas por outras, são responsáveis por provocar uma sensação de desconfiança e insegurança a respeito do presente, fazendo com que a sociedade se apegue ao passado e conseqüentemente à memória como uma forma de âncora para a instabilidade do presente (Huyssen, 2000).

O que se pode apreender desses textos é uma mudança radical na percepção do tempo, causada pelas tecnologias da modernidade, sejam elas tecnologias de informação, de técnicas e materiais da construção civil, sejam de mobilidades turísticas. Voltando nossa atenção para a vida nas cidades, as próprias modificações no espaço e na paisagem acontecem com muito mais rapidez, uma vez que as tecnologias também permitem a demolição de edifícios com estilos estéticos centenários e a construção de novas estruturas urbanas com muito mais rapidez do que no passado.

Profissões e ofícios igualmente estão em constante transformação com o surgimento não apenas de novas técnicas, mas também de novas demandas de ocupação e mobilidade no ambiente urbano. Tivemos um exemplo radical dessa mudança há bem pouco tempo, durante a pandemia de covid-19, em que profissões que normalmente eram operadas em escritórios e salas comerciais puderam ser transferidas para as residências com uma

facilidade que seria impensável duas décadas atrás, o que transformou os centros comerciais das cidades em labirintos desertos formados por ruas e edifícios desocupados.

Com essa breve exposição, é possível compreender o quanto o presente, em sua constante inconstância, passa a ser percebido como passageiro. Aquilo que é construído hoje será modificado amanhã. O que foi desenvolvido neste mês será atualizado, ou até declarado obsoleto, no próximo ano. A sensação geral é de que não há um terreno profundo o suficiente no presente onde se buscar – ou mesmo plantar – as raízes da história, da identidade, dos valores e das aspirações de uma sociedade. Já aquilo que sobreviveu do passado demonstra sua força de permanência. Construções, tradições, valores e modos de fazer passam a ser vistos como pilares de uma estabilidade para a memória coletiva, embora esta seja mais imaginada do que real.

Não é entretanto somente o tempo cronológico que nos interessa aqui. Urry (1995) afirma ser necessária uma desconstrução da própria ideia de “tempo histórico”, com suas noções de causa e linearidade. Para compreensão teórica dessa forma de interpretação do tempo, o autor cita o trabalho de teóricos clássicos da fenomenologia, como Heidegger, Bergson e Mead, os quais propõem uma concepção de tempo em que o passado é constantemente atualizado e modificado pelo presente. Dessa forma, apenas o presente seria real, enquanto o passado e o futuro seriam representações constantemente modificadas no e pelo presente.

Ora, se apenas o presente é real, a sensação de que existe um passado estável e seguro é válida apenas no momento em que se acredita nela. E a forma como nos lembramos do passado é diretamente influenciada pelo que sentimos e projetamos sobre ele no presente. Considerando também que, de acordo com Urry (1995), Assman (2011) e Ricoeur (2014), indivíduos e grupos percebem um mesmo passado (ou uma mesma memória de acontecimentos) de maneiras diferentes, temos então não só a memória estável de um passado coletivo, gravada fielmente num local, artefato, imagem ou outro meio, mas também diversas memórias representadas em tal meio, que se modificam ao longo do tempo, conforme os grupos as experimentam nos presentes que se sucedem.

Tendo tal premissa em mente, passamos então a investigar como ela pode se dar no espaço.

Ao contrário do tempo, que como já vimos pode ser medido de outras maneiras não associadas ao espaço, do ponto de vista geográfico o espaço, segundo Harvey (2013), não pode ser concebido fora do tempo. Ele justifica essa afirmação com base em estudos geométricos de Gauss e Einstein e conclui “que todas as formas de medição dependem do modelo de referência do observador. A ideia da simultaneidade no universo físico, ele [Einstein] disse, deve ser abandonada” (Harvey, 2013, p. 11). O autor completa tal definição de espaço-tempo com a explicação de que, nessa composição, o tempo permanece fixo, enquanto as medições sobre o espaço é que se modificam.

Harvey (2013) propõe então uma divisão tripartite do espaço: absoluto, relativo e relacional. Nessa classificação, o espaço absoluto, “socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas)” (Harvey, 2013, p. 11). O espaço relativo, por sua vez, depende estritamente de quem o está relativizando. Seria o espaço de mapas, fluxos e diagramas. Uma mesma cidade, por exemplo, pode ser representada por diversos mapas, como divisão por municípios, rodovias e estradas, divisão socioeconômica de suas regiões – ou bairros – e assim por diante. Trata-se de um espaço a ser compreendido pelo ponto de vista intencional do observador. Por fim, o espaço relacional refere-se às relações internas ao espaço, ao modo como influências externas são processadas em seu interior. “Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele” (Harvey, 2013, p. 12).

A divisão anteriormente proposta não representa uma classificação excludente, em que certos espaços seriam absolutos, enquanto outros, relativos, ou relacionais, mas sim uma forma de enxergar os mesmos espaços sob três pontos de compreensão. A seguir, para melhor ilustrar tais conceitos e aproximá-los do objeto deste artigo, ofereceremos dois exemplos.

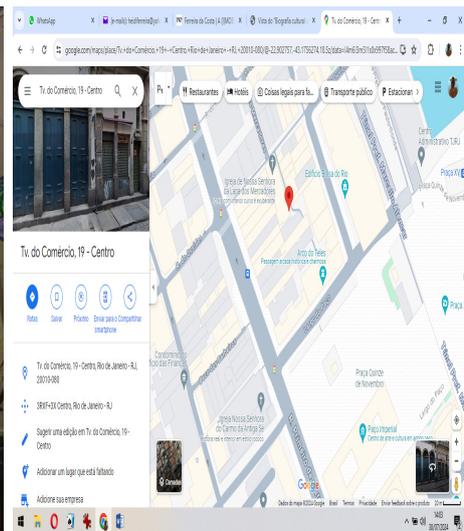
O primeiro é o edifício localizado na Travessa do Comércio, n.º 19, na cidade do Rio de Janeiro, o qual desabou no dia 8 de outubro de 2023 (Alves, 2023b; Castro, 2023).

**Figura 1** – Sobrado na Travessa do Comércio, n.º 19, parcialmente desabado



Fonte: Alves (2023a)

**Figura 2** – Localização do sobrado



Fonte: Arco [...] (2024)

De acordo com a divisão tripartite de Harvey (2013), o edifício em si é um espaço absoluto. Por espaço relativo podemos compreender seu próprio endereço, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, sua localização na região conhecida como Arco do Teles e também sua inserção em um perímetro urbano denominado Corredor Cultural, cujo conjunto urbanístico é tombado pelo IPHAN e pelo município do Rio de Janeiro, entre outras diversas formas de localização relativa. Já seu espaço relacional pode referir-se às informações de que o próprio prédio é tombado pelo IPHAN, de que estava abandonado e de que o abandono de bens tombados nos centros das cidades é um fenômeno fortemente influenciado pela especulação imobiliária (Mendes, 2009).

O segundo exemplo que trataremos é o caso do Theatro Cinema Guarany, investigado entre os anos de 2021 e 2022, durante um trabalho técnico de pesquisa<sup>2</sup>. Seu espaço absoluto é seu próprio prédio. Seu espaço relativo compreende sua região no sertão do estado de Pernambuco, o Centro da cidade de Triunfo, sua localização dentro do perímetro urbano tombado pela prefeitura. De seu espaço relacional trataremos, a princípio, a informação de que é uma ruína que foi restaurada e hoje abriga visitas mediadas e uma programação cultural.

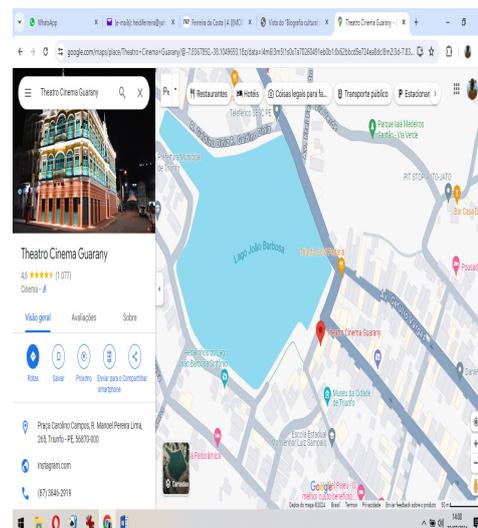
<sup>2</sup> O referido trabalho foi realizado pela autora deste artigo, por encomenda do Instituto Neoenergia, por ocasião do projeto para a iluminação da fachada do Theatro Cinema Guarany. O intuito da pesquisa, ainda a ser publicada, foi organizar um dossiê sobre a história desse teatro, a fim de gerar conteúdos para o Programa Educativo do Projeto.

Figura 3 – Theatro Cinema Guarany, em 2022



Fonte: Acervo próprio

Figura 4 – Localização do teatro



Fonte: Theatro [...] (2024)

Mantendo em mente os exemplos citados, aos quais retornaremos ao longo deste artigo, prosseguimos então para os estudos de Assman (2011), que avançam do espaço (amplo em compreensões) para o local (fixo e determinado), para o qual é possível designar memórias. A autora voltará sua atenção para o espaço em menores escalas – edifícios, monumentos, equipamentos culturais, por exemplo – e trabalhará então com o conceito de *memória dos locais*, que, segundo ela, difere de lugares de memória, por não se tratar de memórias atribuídas por outros ao lugar, mas memórias que os próprios lugares contariam sobre si.

Assman (2011) propõe sete categorias de locais que teriam essa propriedade de armazenar as próprias memórias, a saber: locais das gerações, locais sagrados e paisagens míticas, locais da memória exemplares, locais honoríficos, ruínas, sepulturas e locais traumáticos. Quase todas essas subdivisões podem ser encontradas no ambiente da maioria das cidades, porém, para fins de recorte, voltaremos nossa atenção neste artigo para *locais honoríficos* e *ruínas*, por considerarmos que são as categorias que representam o maior número dos edifícios históricos urbanos.

Segundo Assman (2011, p. 328):

Um local honorífico é o que sobra do que não existe mais ou não vale mais. Todavia, para que ele se perpetue e se mantenha válido, é preciso que se continue a contar uma história que substitua esse *milieu* perdido. [...] mesmo com o abandono e a destruição de um local, sua história ainda não acabou; eles retêm materiais remanescentes que se tornam elementos de narrativas e, com isso, pontos de referência para uma nova memória cultural.

Trata-se de lugares, no presente, que indicam uma ausência, a qual só pode ser acessada por intermédio da recordação. Tais narrativas não consistem em uma reconstrução da memória original, mas sim em um trabalho de memória a partir do presente.

Já as ruínas, que também podem ser locais honoríficos, se caracterizam como “monumentos do esquecimento” (Assman, 2011, p. 334). Na medida em que, ao mesmo tempo, representam e são testemunhas de um passado, elas permanecem no presente oferecendo uma memória que pode ou não despertar o interesse daqueles que passam

por elas. Podem ser objeto da imaginação, curiosidade ou desinteresse e mantêm uma relação bastante instável com a cidade, uma vez que estão sujeitas, sempre no presente, à atenção ou ao descaso. Oliveira (2015) aponta o fato de que o significado das coisas está na forma como nos relacionamos com elas no cotidiano. Assim, um local honorífico pode se tornar uma ruína abandonada e vazia de significado para dada comunidade com a mesma aparente imprevisibilidade com que uma ruína prestes a sucumbir pode despertar a atenção e voltar a ter protagonismo na paisagem urbana.

Na seção seguinte, utilizaremos a metodologia da biografia cultural das coisas, proposta por Appadurai (2008) e Kopytoff (2008), para investigar brevemente essa transição de coisa (mundana) para patrimônio (coisa de valor) e ruína (descarte) dos edifícios históricos em relação às cidades onde estão inseridos.

## A MOBILIDADE DA MEMÓRIA: INFRAESTRUTURA DOS ESPAÇOS E CONSTRUÇÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DA MEMÓRIA

Em seus estudos a respeito da mobilidade das comunicações, Nogueira e Duarte (2023) versam sobre a importância de estruturas imóveis, como torres, antenas, entre outros, para a movimentação das informações comunicadas por meio dos mais diversos veículos. Nesta parte do artigo, buscaremos seguir a mesma linha de raciocínio para propor que, assim como as estruturas citadas servem para a circulação das comunicações, os edifícios históricos funcionam como uma estrutura para a mobilidade das próprias memórias e das memórias coletivas das cidades onde se encontram.

Antes, no entanto, faremos uma breve incursão aos estudos da *vida social das coisas*, propostos por Appadurai (2008), Kopytoff (2008) e Oliveira (2015). Tais considerações são fundamentais para compreender os edifícios não apenas como testemunhas de uma história linear, mas também como agentes e participantes nas relações entre suas memórias e a cidade onde estão inseridos. Oliveira (2015) defende o estudo da biografia cultural das coisas, incluso nas discussões de *cultura material*, como metodologia eficaz para a elucidação de componentes intrínsecos às relações entre seres humanos e objetos.

Em seu capítulo introdutório do livro *A vida social das coisas*, Appadurai (2008) esclarece que suas investigações partem da análise das coisas como *mercadorias*. Para ele, mercadorias são coisas que possuem valor, embora não necessariamente um valor econômico.

Consideramos a categoria de *mercadoria* bastante pertinente para uma pesquisa a respeito de edifícios históricos no ambiente urbano, pois eles são dotados de diversos e muitas vezes conflitantes tipos de valor. O imobiliário, é claro, logo vem à mente, uma vez que o ambiente urbano capitalista é precificado de acordo com o tamanho e a localização do terreno, mas, no caso de edifícios e regiões relevantes para o patrimônio cultural, há também outros valores, mais ou menos subjetivos, como o histórico, o arquitetônico, o turístico e o de memória. Assman (2011) classifica todo esse conjunto como *valor simbólico*. Segundo Zukin (2017, p. 25),

nas cidades, a nova proeminência do patrimônio se constrói em longas ondas de valorização cultural, que, por sua vez, refletem ciclos de investimento no ambiente construído e na destruição do mesmo, pontuadas por sensações de perda, remorso e nostalgia.

Voltando a Appadurai (2008), uma mercadoria pode variar de valor ou até mesmo perdê-lo durante o ciclo de sua vida social. Segundo Kopytoff (2008), aquilo que tem valor

para algumas pessoas pode não ter nenhum para outras, ou deixar de ser considerado uma mercadoria em algumas situações, como naquelas em que o objeto passa a ter sua troca restringida ou proibida, por assumir um valor de algo sagrado ou singularizado. São as políticas econômicas, culturais e sociais em dada sociedade que regem esse sistema de (des)valorização, e quando observamos os patrimônios materiais edificados, especialmente prédios históricos, percebemos claramente esse ciclo de transição entre mercadoria, valor simbólico e ruína em diversos exemplos no ambiente urbano ao longo do tempo.

Retomando os dois exemplos citados na seção anterior, faremos a seguir um breve resumo de suas *vidas sociais* para exemplificar esse ciclo de (des)valorização e então consideraremos o deslocamento da memória coletiva armazenada e construída em tais prédios durante essas fases.

O Theatro Cinema Guarany, localizado na cidade turística de Triunfo, Pernambuco, é uma construção de 1920 em estilo neoclássico, cujo projeto arquitetônico foi trazido de Paris, inspirado pelas construções de Haussmann durante a reforma urbana da capital francesa. O edifício, erigido pela então próspera elite comercial local, rendeu à cidade a alcunha de “corte do sertão” e por duas décadas foi símbolo da elegância e sofisticação de seus frequentadores. Com o declínio econômico da cidade, o prédio foi vendido e sua operacionalização passou a dar prioridade à sua eficiência como espaço comercial, para exibição de filmes e peças teatrais, realização de eventos e até funcionamento como bar, discoteca e barbearia, mudando algumas vezes de proprietários e arrendatários por sete décadas. Por fim, a exploração comercial do imóvel deixou de ser rentável e ele foi abandonado, entrando em estado de ruína por cerca de 20 anos. Durante esse tempo, foi ocupado algumas vezes por grupos culturais da cidade, até que, após um período de protestos e manifestações da população em favor do imóvel, ele foi tombado pelo órgão de proteção patrimonial do estado (Fundarpe) e, eventualmente, comprado pelo governo e restaurado. Hoje funciona como um equipamento cultural da cidade, tendo sua programação gerida em colaboração com o Serviço Social do Comércio (Sesc) local<sup>3</sup>.

Já o prédio de número 19 da Travessa do Comércio, na capital do Rio de Janeiro, tem sua trajetória ainda mais envolvida com a história do próprio município onde está situado. Datando do século XVIII, acompanhou o crescimento da cidade, sua transformação em capital do país, a grande reforma urbana de Pereira Passos, o declínio econômico e social dos arredores da Praça XV, após a retirada da capital para Brasília, e os projetos de revitalização urbana da região. Segundo Mendes (2009), o prédio, assim como todo o conjunto arquitetônico à sua volta, sofreu diversas alterações arquitetônicas desde sua construção inicial, acompanhando estilos e tendências da época, bem como modificações socioeconômicas causadas por tecnologias de transporte, como o porto da Praça XV e o Aeroporto Santos Dumont. Ainda segundo Mendes (2009), a maior ameaça a sua permanência, no entanto, foi a crescente especulação imobiliária. Apenas na década de 1970 o conjunto urbano do qual faz parte passou a ser alvo de iniciativas de preservação patrimonial, as quais culminaram no tombamento desse complexo, por parte do IPHAN, em 1990.

O tombamento, entretanto, não foi suficiente para garantir a proteção do perímetro. Há registros de diversos incêndios de imóveis na região (Mendes, 2009), causados por proprietários que não estavam satisfeitos com as limitações trazidas pela política de proteção patrimonial, e ainda mais casos de imóveis na região abandonados, para que a ação do tempo os destruísse e seu terreno ficasse finalmente livre para utilização do

<sup>3</sup> Informações colhidas em pesquisa documental e de campo realizada no ano de 2022 pela autora deste artigo (ver nota de rodapé anterior).

proprietário. Esse foi o caso do sobrado da Travessa do Comércio, n.º 19. Comprado pelo alto valor de sua localização, o prédio estava abandonado por sua proprietária, uma corretora de imóveis de Barra Mansa, e teve seu segundo andar desmornado em outubro de 2023. Após essa ocorrência, a empresa chegou a solicitar à prefeitura a demolição completa do imóvel, porém o pedido foi embargado pelo IPHAN.

Os dois exemplos trazidos, com pontos em comum e pontos inteiramente divergentes, podem provocar reflexões sobre a clara necessidade de buscar mais diálogo entre as políticas de proteção patrimonial e outros fatores de influência e importância no cotidiano urbano, como obviamente o mercado, mas também infraestrutura, acessibilidade, entre outros. Este artigo, contudo, não busca se ater ao relacionamento “operacional” das cidades com seus patrimônios, e sim abordar tal relação pelo viés da memória coletiva.

Segundo Urry (1995, p. 50),

a cidade é o receptáculo das memórias das pessoas e do passado, e é um receptáculo de símbolos culturais. Essas memórias estão embutidas nos prédios – elas podem adquirir significados diferentes daqueles originalmente pretendidos pelo arquiteto.

Os prédios, portanto, possuem essa potencialidade de armazenar memórias coletivas, não apenas por serem fruto de seu testemunho físico e imaginado sobre o passado, mas também pelo seu valor de símbolo, a saber, aquilo que representam no presente para as memórias dos indivíduos e grupos que neles circulam.

Chuva (2009, p. 146) informa que, no Brasil, a partir do final da década de 1970, com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, grupos da sociedade civil começaram a se mobilizar para reivindicar um reconhecimento oficial daquilo que identificavam como seus patrimônios, a fim de valorizá-los e protegê-los contra “poderes econômicos, especulativos e imobiliários”.

Conforme vimos na seção anterior, as memórias acontecem sempre no presente, e é no presente que essas memórias lançam suas projeções para o passado e para o futuro.

Considerando tais premissas e tomando os edifícios de nossos exemplos como espaços absolutos, relativos e relacionais, podemos ver, na análise da vida social deles, uma sucessão de tempos presentes em que a memória se moveu diversas vezes, assumindo significados diferentes ao longo da trajetória desses prédios. Ela se move não apenas como *memória do lugar* (Assman, 2011), mas utiliza esse local para se tornar memória oficial e memórias coletivas – das pessoas e grupos – sobre ele. E essa memória coletiva do e sobre o lugar também se coloca em movimento, como veremos mais adiante.

Ambos os exemplos trazidos tiveram em comum boa parte de sua biografia. Construídos em período de grande prosperidade de suas cidades, acompanharam tendências arquitetônicas de alta sofisticação para a época, embora tenham sido projetados para utilização comercial, estando, portanto, desde sua fundação, sujeitos às práticas e interesses do mercado. Passaram por um período de declínio econômico (assim como suas cidades), em que a imponência de sua estrutura arquitetônica deixou de ser uma preocupação e a praticidade e rentabilidade de seu uso passaram a ser prioridades. Sujeitos à diminuição dessa rentabilidade, entraram então em uma fase de abandono e ruína.

No período de ruína suas histórias assumem caminhos mais radicalmente diferentes, os quais serão investigados na última seção do artigo.

Podemos aqui propor uma análise da mobilidade da memória nesses lugares, durante o período inicial de características biográficas em comum, pelo viés da memória dos lugares e pelo viés da memória de seus visitantes. Levaremos em conta também a noção de mobilidade trazida por Freire-Medeiros, Telles e Allis (2018, p. 2), que consiste em “movimento – real ou imaginado – constituído por intenções, estratégias e escolhas”.

Apesar de suas construções estarem separadas por dois séculos de distância, os dois prédios citados nos exemplos têm seu estilo arquitetônico originalmente trazido da Europa, deflagrando a tendência a um pensamento colonizado, de que aquilo que vinha do “Velho Continente” era culto, belo e sofisticado.

Essa memória de uma estética colonizada e importada logo cedeu espaço ao imediatismo da necessidade de utilização comercial. Os dois imóveis sofreram modificações de caráter utilitário que pouco levavam em consideração as intenções estéticas de seus arquitetos. Alterações de portas e fachadas e retirada de bancadas estão entre algumas das mudanças efetuadas para aumento da capacidade de lotação e praticidade de acesso. Na época, a memória coletiva experimentada em tais prédios já circulava em suas estruturas e entre seus visitantes de forma diferente. Ela chegou por meio de novos materiais, técnicas e tendências, que se somaram aos seus traços originais, ou, em alguns casos, simplesmente os substituíram. Chegou também nas formas de utilização e percepção do próprio espaço, tornando-se uma memória menos contemplativa e mais cotidiana.

Ricoeur (2014) traz reflexões sobre o esquecimento por apagamento de rastros, a persistência dos rastros e o reconhecimento. O autor propõe a categoria *rastro cultural* (Ricoeur, 2014, p. 431), na qual o rastro exerce dupla função para a persistência ou apagamento de uma memória: ele é material e está sempre no presente, representando aquilo que ele é, e não sua ausência ou anterioridade. No entanto ele também é um *signo*, e é nessa condição que ele representa sua ausência, ou seja, a materialidade de si que já não é mais. Os rastros materiais, no presente, são aqueles que podemos observar por meio dos sentidos, quando visitamos um certo local. Já os rastros *signo*, que representam a imagem já apagada – esquecida – daquele local, constituem uma espécie de *esquecimento de reserva*, que pode ser acessado por meio da recordação.

Essa dupla função do rastro pode ser empregada aqui para compreender o modo como pessoas experimentam a memória dos prédios históricos que elas visitam ou frequentam.

Segundo Oliveira (2014), tais rastros também podem atrair um consumo sob a forma de turismo e, pela motivação da cultura, são transformados em “*produto cultural*”, comercializado para visitação. Nesse caso, a materialidade de uma memória trabalha em função dupla com o seu signo, ou seja, aquilo que representa, para dar ao patrimônio edificado uma nova função de mercadoria na sociedade.

Voltando aos nossos exemplos: uma pessoa que frequentava o Theatro Cinema Guarany para assistir aos filmes ou espetáculos exibidos nele durante seu período de intensa utilização comercial poderia construir uma memória daquilo que assistiu, das pessoas que a estavam acompanhando, do conforto das poltronas e assim por diante. Enquanto isso, outro indivíduo, que ouviu histórias de seus avós frequentando as primeiras noites do Theatro, poderá chegar ao mesmo prédio, na mesma noite, imaginando seu período de construção, sua noite de inauguração, os bailes luxuosos que aconteciam no lugar, e sairá dali com uma memória do Theatro bastante diferente.

Da mesma maneira, um visitante ou frequentador da Travessa do Comércio, n.º 19, teria memórias diferentes do local se o visitasse em épocas distintas – chegando de navio ao porto da Praça XV no século XVIII, trabalhando na indústria de alimentos Belprato, que ali se instalou na década de 1970, ou passando por cima dela, no Elevado

da Perimetral, na década de 1990, por exemplo. Além dessas grandes mudanças no espaço absoluto e relativo do prédio, a memória do indivíduo também estaria sujeita às suas próprias experiências do e no lugar, seu conhecimento/interesse sobre arquitetura ou história da cidade, seu envolvimento pessoal com algum aspecto específico dele, as pessoas que a acompanham na visita ao local etc.

Essas considerações buscam demonstrar que a memória coletiva tem um movimento duplo no patrimônio cultural edificado de uma cidade. O primeiro é um deslocamento no espaço-tempo, que se refere às transformações e permanências que acontecem no próprio prédio. O segundo é um movimento de construção da memória realizado pelos indivíduos que visitam ou frequentam o lugar. Enquanto o movimento no espaço-tempo está diretamente ligado a materiais de construção, técnicas, políticas de mercado, infraestrutura urbana, políticas públicas de proteção ao patrimônio e demandas do mercado capitalista, o segundo está atrelado à circulação das pessoas, às formas e motivações para esse fluxo e ao alcance de compartilhamento de tais memórias.

Embora o movimento espaço-tempo pareça estar mais diretamente interligado à relação entre o patrimônio edificado e a cidade, o movimento de construções das memórias individuais – e coletivas – pode se tornar um fator fundamental e determinante para o tratamento dado aos edifícios no espaço urbano, como veremos a seguir, ao retornar à vida social dos nossos dois exemplos.

## A (I) MOBILIDADE DA MEMÓRIA DAS RUÍNAS

Analisamos anteriormente os aspectos similares das biografias culturais do Theatro Cinema Guarany e do sobrado na Travessa do Comércio, n.º 19. Chegamos agora ao ponto onde essas duas trajetórias tomam rumos completamente opostos: seus períodos de ruína.

Oliveira (2014, p. 31) considera a ruína como “parte de um conjunto sociocultural, enfatizando as relações sociais e simbólicas em que está inserida e nas quais desencadeia efeitos”. Ruínas não apenas existem e resistem passivamente no ambiente social, elas exercem influência sobre o espaço-tempo e provocam a necessidade de decisão a respeito de como aquela sociedade vai se relacionar com elas e com as memórias coletivas que elas representam, seja essa uma decisão de protegê-las ou descartá-las. Por sua vez, Assman (2011, p. 334) afirma:

As ruínas testemunham – como sugere a bela formulação de Benjamin – a maneira pela qual “a história se desloca para dentro do cenário”. Na medida em que essa história continua a ser transmitida e lembrada, as ruínas permanecem como sustento e garantia da memória: isso também vale para as histórias que se inventam para elas e que as envolvem, como a hera nos escombros. Porém, na medida em que as ruínas, sem contexto nem saber, imbricam-se em um mundo que se tornou estranho, tornam-se monumentos do esquecimento.

A autora oferece no trecho anterior dois modos pelos quais as ruínas podem representar a memória: sustento da memória e monumento ao esquecimento. Pela análise da vida social dos dois prédios que trouxemos como exemplo, podemos ver que cada um representa uma dessas formas de memória.

Depois que o Theatro Cinema Guarany fechou suas portas e foi abandonado por seus proprietários, o prédio começou a se deteriorar rapidamente, todavia grupos culturais da população de Triunfo passaram a fazer uso dele, organizando mutirões de

limpeza e ocupando-o com práticas de capoeira, ensaios para danças tradicionais, ponto de encontro para grupos de estudos culturais e até mesmo exibição de peças teatrais, com cadeiras, cenário e iluminação improvisados pelos próprios artistas.

Apesar de ter se perdido seu valor de mercadoria, o teatro seguiu envolvido na vida cultural da cidade, abraçado por sua população, que passou a organizar protestos e ações em prol da proteção e restauro dele. A memória continuava em movimento por meio da imobilidade do edifício e da circulação de pessoas e *performances* em seu interior.

É importante ressaltar que, mesmo após o tombamento estadual do prédio, as descaracterizações e a ruína estrutural do Guarany permaneciam, uma vez que o dispositivo de tombamento de um patrimônio não garante ou exige o restauro dele. A população da cidade, entretanto, acompanhava com interesse o estado do prédio e chegou a denunciar até mesmo mau uso por parte de eventos autorizados pela própria prefeitura.

Figura 5 – Protesto contra abandono e mau uso da estrutura



Fonte: Doação de uma moradora de Triunfo para acervo pessoal. Ano de publicação desconhecido

Segundo Oliveira (2015), “uma ruína é sempre uma referência do passado; entretanto, assume no presente diversos sentidos, tais como espaços museológicos, patrimônio edificado e atrativo turístico”. Percebemos, assim, que a movimentação da população, aliada à circulação de notícias do Guarany em alcance estadual por meio dos jornais – mais uma movimentação da memória do Teatro –, foi fundamental para pressionar as esferas públicas.

Finalmente, o imóvel foi comprado pelo próprio governo do estado de Pernambuco e, firmando convênio com a Prefeitura de Triunfo, iniciou o processo de restauração do prédio. Hoje, ele opera em parceria público-privada firmada entre o governo de Pernambuco e o Sesc.

O destino do sobrado na Travessa do Comércio, n.º 19, por sua vez, foi bastante diferente. Sua importância para a memória da cidade não foi tomada individualmente, ele foi tombado em conjunto com as outras construções da região, que, segundo Mendes (2009, p. 152),

testemunham a história daqueles que ocuparam o espaço e o modificaram conforme os próprios interesses. Tais valores foram decisivos para o seu registro em três livros de tomo – o de Belas Artes, o Histórico e Arqueológico e o paisagístico e etnográfico.

A região da Praça XV, onde está situado, passou por diversas finalidades de utilização, desde residencial até lojas e depósitos, e o conjunto urbano do Arco do Teles tornou-se ainda polo turístico gastronômico na década de 1990. A região tem intensa circulação diária de pedestres, pois está situada próximo à estação das Barcas, terminal de ônibus intermunicipais, escritórios comerciais e órgãos públicos.

Ali, a prática turística, que conta com passeios guiados a pé, disputa espaço com a praticidade da proximidade aos locais de trabalho e a apressada circulação de ida e vinda para os transportes públicos. Tal qual sugerido por Urry (1995), os indivíduos que transitam pelo local experimentam memórias completamente diversas a respeito desse patrimônio edificado. Embora exista forte atração turística pelo *design* e pela história dos prédios, outros interesses e *performances* alheias a essa apreciação da paisagem e memória urbana acontecem no local, o que leva prédios da região a se deteriorar a céu aberto, sem necessariamente causar comoção pública – exceto, é claro, quando desabam e se tornam um transtorno ao espaço urbano compartilhado.

Sobre o espaço relacional do prédio de n.º 19 em si, sabemos que foi utilizado por uma indústria de alimentos nos anos 1970 e que foi vendido em leilão para sua atual proprietária em 2018 (Parte [...], 2023). Nesse período, ele já se encontrava fechado e abandonado. Em seu espaço relativo, o prédio é vizinho a uma antiga residência de Carmen Miranda, à região histórica do Arco do Telles e à vida urbana cotidiana dos diversos bares e restaurantes do polo gastronômico onde está situado. Sua memória, no entanto, imobilizada nos livros de tombo, só voltou a circular novamente em 2023, quando, por causa de seu desabamento parcial, se tornou notícia em jornais e grupos de discussão sobre o patrimônio na internet, fato que ocasionou a proliferação de imagens do sobrado, até então menosprezado.

Segundo Chuva (2009), “o tombamento tem como finalidade impor uma delimitação de propriedades, públicas ou privadas, sem, no entanto, promover a desapropriação ou impedir sua alienabilidade” (p. 147). Tais delimitações interferem nas possibilidades e impossibilidades de alterações intencionais nos imóveis, contudo não trazem, a princípio, uma obrigação de restauração por parte de seu proprietário.

No texto dos processos de tombamento são informadas justificativas para a escolha do bem tombado e valor coletivo a ele atribuído, apresentando motivações técnicas, culturais, artísticas e simbólicas. Esse texto representa uma memória coletiva oficialmente atribuída a tal bem.

Mas nem sempre a iniciativa de abertura dos processos de tombamento parte da comunidade em que o bem está inserido, e esse fator pode estar diretamente relacionado tanto à percepção de valor que a sociedade vai atribuir ao bem como à importância dada ao próprio tombamento em si.

Nesse ponto, trazemos as considerações de Gonçalves (2005) sobre a importância de um patrimônio encontrar *ressonância* em sua comunidade para que seja potencializada sua chance de preservação. Ele esclarece que essa ressonância seria a capacidade de um objeto de se fazer perceber como representante de aspectos culturais da comunidade a que pertence, criando assim uma conexão com seu espectador, e conclui que tal vínculo pode estar diretamente ligado ao sucesso na construção de memórias coletivas.

Cabe voltarmos à análise dos dois exemplos trazidos no texto. Temos o tombamento do Guarany como um passo inicial (mas não definitivo) para sua preservação, já que promoveu o imóvel à posição de representante de uma memória coletiva oficial da cidade de Triunfo. O dispositivo de tombamento, no entanto, pode ter contribuído para a aceleração do processo de ruína do sobrado na Travessa do Comércio, uma vez que, nesse caso, o valor simbólico do imóvel passou a ser considerado menor do que o valor rentável de seu terreno, sob as condições das práticas de uso para patrimônios tombados

e a forte especulação imobiliária que opera sobre o Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, é claro que, se o sobrado da Travessa do Comércio não estivesse tombado, ele poderia simplesmente ser demolido para a utilização do terreno, no momento em que foi comprado pela imobiliária. Essas considerações apontam para o argumento inicialmente trazido neste artigo de que é necessário considerar memória e patrimônio nesse conjunto de fatores econômicos, culturais e sociais que fazem parte do tecido urbano.

Figura 6 – Sobrado da Travessa do Comércio, n.º 19, já abandonado em 1996



Fonte: Parte [...] (2023)

## CONCLUSÃO

Percebemos que a patrimonialização ocorrida na Travessa do Comércio, n.º 19, não impediu sua ruína, assim como o tombamento do Guarany, tomado individualmente, não garantiu a restauração dele. Embora a análise da vida social desses imóveis aponte para a *ressonância* encontrada pelo Teatro em sua comunidade como um dos fortes fatores para o sucesso de seu resgate, não é possível apontá-la como única influência sobre a permanência de um edifício histórico no ambiente urbano, já que, como foi visto, outros aspectos, como especulação imobiliária, potencial turístico e vida cultural e cotidiana da cidade, exercem forte pressão sobre o espaço físico e as memórias desses locais no decorrer do tempo, ou melhor, das sucessões de tempos presentes.

O motivo pelo qual buscamos investigar essa intrincada combinação de elementos é o fato de considerarmos que o estudo individual deles (memória, patrimônio, vida urbana, espaço-tempo e políticas públicas) não é suficiente para explicar seus desdobramentos nas cidades e nas sociedades atuais. Focar na importância da memória para o patrimônio sem compreender que ele está inserido em uma sociedade e submetido a indivíduos e forças que não necessariamente se importam com a memória significa ignorar um aspecto fundamental para a própria existência desse patrimônio.

Vivemos em uma realidade em que o tempo pode ser considerado como uma sucessão de presentes, na qual o que sentimos, pensamos, relembramos sobre o passado e desejamos para o futuro é constantemente construído e destruído pelo tempo presente. O espaço em si, tanto absoluto quanto relativo e relacional, está em constante modificação, sujeito a essa cíclica “coleção de hojes”.

As tecnologias, os modos de fazer e de se locomover, as tendências mercadológicas e culturais modificam-se com flexibilidade e rapidez crescentes e influenciam constantemente o modo como as sociedades se sentem sobre seus presentes, relembram e imaginam seus passados e projetam seus futuros.

As memórias coletivas de grupos e sociedades também se movimentam, como todos os elementos citados anteriormente. E seus “representantes e armazenadores” se movimentam com ela.

Neste artigo, Urry, Assman, Chuva, Oliveira e Choay nos falaram sobre a memória contida nas edificações, Harvey nos apontou os aspectos relativos e relacionais desses prédios, Ricoeur trouxe o aspecto de esquecimento e rememoração aos quais essas memórias estão sempre sujeitas.

Todos esses conceitos nos remetem a uma ideia de flexibilidade da permanência e da ausência, de construir, destruir e reconstruir. Percebemos tal rapidez para a valorização e a desvalorização nas técnicas, nas mídias, no mercado e até mesmo na memória, mas não a percebemos nas políticas públicas de proteção à memória contida nos patrimônios edificados. Essa talvez seja uma inflexibilidade que resulte em rachaduras. Huysen (2000) termina um dos capítulos de seu livro *Seduzidos pela memória* com a provocação de que as sociedades precisam fazer uma seleção mais apurada sobre o que deve ser preservado, em declarada crítica a uma patrimonialização que ele considerava excessiva.

Ao longo deste texto, todavia, nos afastamos deste “o que” ser preservado, para nos aproximarmos de uma reflexão sobre quais fatores influenciam a seleção das memórias contidas em patrimônios edificados, de que forma podem ser protegidas e mantidas em movimento e com que frequência são abandonadas ou ressignificadas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. *In*: SEMINÁRIOS Temáticos Arte e Cultura Popular. Museu Casa do Pontal, 2007. Disponível em: [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/19-patr\\_cultural\\_tensoes\\_e\\_disp\\_contexto\\_nova\\_ordem\\_discursiva-1.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/19-patr_cultural_tensoes_e_disp_contexto_nova_ordem_discursiva-1.pdf). Acesso em: 21 jan. 2024.

ALVES, Altair. Imóvel que desabou no Arco do Teles pode virar propriedade da Prefeitura. **Diário do Rio**, p. 1-2, 23 nov. 2023a. Disponível em: <https://diariodorio.com/imovel-que-desabou-no-arco-do-teles-pode- virar-propriedade-da-prefeitura/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ALVES, Altair. Novo vídeo flagra o exato momento em que casarão desaba no Arco do Teles, no Centro do Rio. **Diário do Rio**, p. 1-2, 14 out. 2023b. Disponível em: [https://diariodorio.com/novo-video-flagra-o-exato-momento-em-que-casarao-desaba-no-arco-do-teles-no-centro-do-rio/#google\\_vignette](https://diariodorio.com/novo-video-flagra-o-exato-momento-em-que-casarao-desaba-no-arco-do-teles-no-centro-do-rio/#google_vignette) . Acesso em: 21 jan. 2024.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EDUFF, 2008.

ARCO do Teles. **Google Maps**. Disponível em: [https://www.google.com.br/maps/place/Arco+do+Teles/@-22.9029628,-43.1756442,18.58z/data=!4m6!3m5!1s0x997f1c93c714ad:0x4d3887016f6f1529!8m2!3d-22.9027582!4d-43.1746864!16s%2Fg%2F120xp9q6?entry=ttu&g\\_ep=EgoyMDI0MDkyNS4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com.br/maps/place/Arco+do+Teles/@-22.9029628,-43.1756442,18.58z/data=!4m6!3m5!1s0x997f1c93c714ad:0x4d3887016f6f1529!8m2!3d-22.9027582!4d-43.1746864!16s%2Fg%2F120xp9q6?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MDkyNS4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D). Acesso em: 21 jan. 2024.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

CASTRO, Bruna. Dona de prédio que ocasionou tragédia cultural no Arco do Teles ainda não tomou qualquer providência. **Terra Notícias**, p. 1-2, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/dona-de-predio-que-ocasionou-tragedia-cultural-no-arco-do-teles-ainda-nao-tomou-qualquer-providencia,e9b6c07a10303184a1cd4dcdbebfd52fkveb13ek.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; TELLES, Vera da Silva; ALLIS, Thiago. Por uma teoria social *on the move*. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 1-16, ago. 2018.

GONÇALVES, José R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2013.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In*: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008. p. 143-178.

MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. Área central da Praça XV de Novembro: estudo de gestão. **Patrimônio: Práticas e Reflexões**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 141-182, 2009. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat\\_PraticasReflexoes\\_3.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_3.pdf). Acesso em: 21 jan. 2024.

NOGUEIRA, Maria Alice de Faria; DUARTE, Fernanda da Costa Portugal. Comunicação, mídia e mobilidade. *In*: SINGH, Dhan Zunino; JIRÓN, Paola; GIUCCI, Guillermo (org.). **Nuevos términos clave para los estudios de movilidad en América Latina**. Editorial Biblos, 2023.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. “Biografia cultural das coisas”: aporte metodológico para o estudo do turismo. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 23, n. 30, p. 29-42, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. Conflitos e disputas pela memória: as ruínas de São João Marcos. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 4, n. 10, jan./jun. 2014.

PARTE de sobrado histórico desaba na Travessa do Comércio. **Olhos de Ver – Patrimônio Histórico Rio de Janeiro**, 12 out. 2023. Disponível em: <https://olhosdever.rj.com.br/?p=3661>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. *In*: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning A**, v. 38, p. 207-226, 2006.

THEATRO Cinema Guarany. **Google Maps**. Disponível em: [https://www.google.com/maps/place/Theatro+Cinema+Guarany/@-7.8367128,-38.1060616,18.36z/data=!4m6!3m5!1s0x7a70260491eb0b1:0x62bbcd5e724ea8dc!8m2!3d-7.8372222!4d-38.1038889!16s%2Fg%2F11b6sp1b7f?entry=tту&g\\_ep=EgoyMDI0MDkyNS4wIKXMDSOASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com/maps/place/Theatro+Cinema+Guarany/@-7.8367128,-38.1060616,18.36z/data=!4m6!3m5!1s0x7a70260491eb0b1:0x62bbcd5e724ea8dc!8m2!3d-7.8372222!4d-38.1038889!16s%2Fg%2F11b6sp1b7f?entry=tту&g_ep=EgoyMDI0MDkyNS4wIKXMDSOASAFQAw%3D%3D). Acesso em: 21 jan. 2024.

URRY, John. How societies remember the past. **The Sociological Review**, v. 43, n. 1, p. 45-65, 1995.

URRY, John; LARSEN, Jonas. Lugares, edifícios e *design*. *In*: URRY, John; LARSEN, Jonas. **O olhar do turista 3.0**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

VASCONCELOS, André. **Triunfo–PE–Uma análise da relação entre desenvolvimento, turismo e cultura no sertão do Nordeste**. Orientador: Nerize Laurentino Ramos. 2020. 136 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgdr/files/2020/09/TRIUNFO-PE-UMA-ANALISE-DA-RELACAO-ENTRE-DESENVOLVIMENTO-TURISMO-E-CULTURA-NO-SERTAO-DO-NORDESTE.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. *In*: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz M. (org.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume Editora, 2017. p. 25-46.